

Demonstrações financeiras

Planalto Solar Park S.A. (em fase pré-operacional)

31 de dezembro de 2024

Com o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
1. Contexto operacional	12
2. Principais políticas contábeis	12
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	16
4. Caixa e equivalentes de caixa	16
5. Imobilizado	17
6. Fornecedores	17
7. Outros passivos	18
8. Patrimônio líquido	18
9. Despesas gerais e administrativas	19
10. Saldos e transações com partes relacionadas	19
11. Eventos subsequentes	19
12. Aprovação das demonstrações financeiras	20

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Planalto Solar Park S.A. (em fase pré-operacional)
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos a demonstração financeira da **Planalto Solar Park S.A. (em fase pré-operacional)** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Planalto Solar Park S.A. (em fase pré-operacional)** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional. Em virtude da Companhia ainda se encontrar em fase pré-operacional, não apresentou, até 31 de dezembro de 2024, receitas ou despesas operacionais em sua demonstração do resultado. A conclusão das obras de construção da usina fotovoltaica, e o conseqüente início integral das operações dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstração financeira de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração da demonstração financeira, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC SP-032267/O



Aderbal Alfonso Hoppe

Contador - CRC SC-020036/O-8 T-SP



Renato Mateus Gonçalves

Contador - CRC SC-042650/O-6

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	840	Fornecedores	6	27
Tributos compensáveis		4	Obrigações sociais e trabalhistas		1
		844	Tributos a pagar		6
			Outros instrumentos financeiros	7	1.585
Não circulante					1.619
Outros instrumentos financeiros		64	Patrimônio líquido		
Imobilizado	5	14.250	Capital social	8	13.708
		14.314	Prejuízos acumulados		(169)
					13.539
Total Ativo		15.158	Total Passivo e patrimônio líquido		15.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2024
Operações em continuidade		
Despesas gerais e administrativas	9	(196)
Outras receitas e despesas operacionais		7
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(189)
Receitas e despesas financeiras		20
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(169)
Imposto de renda e contribuição social		-
Prejuízo líquido do exercício		(169)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo líquido do exercício	(169)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(169)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)**Demonstração da mutação do patrimônio líquido****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

			Recursos Destinados a Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
	Nota	Capital social			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-
Integralização de capital social	8	1	-	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	13.707	-	13.707
Integralização de capital social com AFAC	8	13.707	(13.707)	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(169)	(169)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		13.708	-	(169)	13.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)**Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto****Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(175)
Prejuízo Líquido do Exercício	(169)
(Receitas) e Despesas	(7)
Bonificação de Imobilizado	(7)
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais	(4)
Tributos Compensáveis	(4)
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais	5
Fornecedores	1
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1
Tributos a Pagar	3
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(12.693)
Aquisição de Imobilizado e Ativo de Contrato	(14.214)
Outros Recebimentos e/ou Pagamentos	1.521
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	13.708
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.707
Integralização de Capital	1
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	840
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	840
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024
Receitas	7
Outras Receitas	7
Insumos Adquiridos de Terceiros	(104)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(36)
Outros	(68)
Valor Adicionado Bruto	(97)
Depreciação, Amortização e Exaustão	-
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(97)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	31
Receitas Financeiras	31
Valor Adicionado Total a Distribuir	(66)
Distribuição do Valor Adicionado	(66)
Pessoal	70
Remuneração Direta	70
Impostos, Taxas e Contribuições	33
Federais	25
Estaduais	7
Municipais	1
Remuneração de Capitais Próprios	(169)
Prejuízos Retidos	(169)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Planalto Solar Park S.A. ("PLANALTO" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, constituída em abril de 2017, para construir e operar Usinas Fotovoltaicas ("UFV"). No entanto, a Planalto iniciou suas atividades somente em agosto de 2024, com a construção de sua primeira UFV concluída em dezembro de 2024, cuja operação comercial está prevista para fevereiro de 2025. As primeiras receitas devem ser geradas em abril de 2025.

Atualmente a Sociedade tem como objeto promover todos os atos e providências necessárias para garantir a participação conjunta dos acionistas, na condição de locadora de equipamentos para a geração de energia fotovoltaica; bem como a instalação e manutenção elétrica, construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e, também, execução de serviços de engenharia.

As usinas fotovoltaicas são instalações que convertem a luz solar em energia elétrica por meio de células fotovoltaicas. Com o aumento da demanda por fontes de energia renovável e a necessidade de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, essas usinas têm se tornado uma opção viável e sustentável. A localização de uma usina fotovoltaica é um fator crítico. Elementos como a irradiação solar, disponibilidade de terreno, proximidade de infraestruturas elétricas (como subestações) e a análise ambiental influenciam diretamente na eficiência e viabilidade econômica do projeto.

2 Principais políticas contábeis

2.1 Bases de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"); e, pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "Normas Contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão sumariadas a seguir.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Moeda funcional e arredondamento de valores

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores divulgados nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa. As contas garantidas são demonstradas no Balanço Patrimonial como “Investimentos Temporários”, no Ativo Circulante ou no Ativo Não Circulante.

2.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados, há menos que seja um ativo de concessão, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devendo depreciar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras Receitas e Despesas Operacionais” na Demonstração do Resultado.

2.5 Contas a Pagar

As Contas a Pagar aos fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivos Circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as Contas a Pagar são apresentadas como Passivo Não Circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Provisões

As provisões para litígios trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais, regulatórias, e, outras ações judiciais são reconhecidas quando:

- a) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- c) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7 Tributos correntes e diferidos

As despesas de tributos do exercício compreendem os impostos correntes e os diferidos. Os tributos são calculados e recolhidos com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado Abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no Patrimônio Líquido ou no Resultado Abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido também é calculado e recolhido com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.8 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos do consumidor, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na Demonstração do Resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

2.9 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do período, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Administração.

2.10 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos mensalmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que estas são revisadas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Estimativas

A preparação das informações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais das transações e informações, em sua efetiva realização nos exercícios subsequentes, podem diferir das estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado/intangível e de sua recuperação nas operações;
- c) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- d) Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- e) Provisão para litígios, tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas;
- f) Premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso; e
- g) Perda (impairment) de ativos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto por caixa e depósitos bancários de curto prazo com vencimento original de até três meses, líquido dos saldos bancários a descoberto. O valor contábil desses ativos não difere do seu valor justo. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras em **31 de dezembro de 2024** são compostas por fundo de investimento.

A composição do saldo em Caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>
BRB - Banco de Brasília S.A.	129
Banco do Brasil S.A.	711
	<u>840</u>

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação e deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é calculada sobre os bens do imobilizado em serviço. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização. A composição dos saldos do imobilizado é formada pelos seguintes valores:

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.325	34	1.359
Máquinas e equipamentos	-	1.384	9.759	11.143
A Ratear	-	1.477	92	1.569
Adiantamento a fornecedores	-	10.064	(9.885)	179
Ativo Imobilizado em Curso (a)	-	14.250	-	14.250

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos na obra de construção de Usinas Fotovoltaica (UFV).

A composição das adições do período, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Descrição	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	824	12	523	1.359
Máquinas e Equipamentos	11.143	-	-	11.143
A Ratear	123	1.041	405	1.569
Adiantamento a Fornecedores	144	20	15	179
	12.234	1.073	943	14.250

Os ativos ainda não estão sendo depreciados e amortizados pois ainda não entraram em operação.

6 Fornecedores

A composição dos saldos em fornecedores é formada pelos seguintes valores:

	31/12/2024
Materiais e Serviços	1
Imobilizações em Curso	26
	27

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Outros instrumentos financeiros

A composição dos saldos em outros instrumentos financeiros passivos é formada pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2024</u>
Solar Power Painéis Solares Ltda. (a)	1.585
	<u>1.585</u>

A Companhia firmou em 2 de agosto de 2024 um contrato no âmbito do Consórcio Planalto Solar Matarazzo, estabelecendo a execução de obras para implantação de usinas solares fotovoltaicas. Conforme previsto no contrato, a Solar Power Painéis Solares Ltda. efetuou um adiantamento no valor de R\$ 1.585 mil, destinado à cobertura de custos operacionais relacionados à execução do projeto.

Esse montante foi classificado como um instrumento financeiro no passivo circulante, sob a rubrica "Adiantamento para Execução de Contrato", pois se trata de um repasse realizado pela Solar Power com o objetivo de viabilizar a continuidade das obras. O valor será liquidado conforme a evolução dos produtos ou serviços prestados.

O contrato prevê que, ao final da implantação do projeto, a Solar Power poderá exercer sua opção de manter participação nos ativos ou reverter sua fração em outras condições contratuais previamente estabelecidas. Até que a formalização dessa decisão ocorra, o saldo permanecerá classificado como passivo operacional.

A administração da Companhia acompanha a execução do contrato e revisará periodicamente a classificação do passivo, de acordo com a efetiva realização dos eventos pactuados no contrato.

8 Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 representa R\$ 13.708 mil, e sua composição por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionista	Ações	
	Ordinárias	%
Companhia Celg de Participações - CELGPAR	6.717.067	49%
VOLTAX Engenharia Indústria e Comércio Ltda.	6.991.233	51%
	<u>13.708.300</u>	<u>100%</u>

Em 11 de abril de 2017, foi integralizado capital social no montante de R\$ 1 mil na Ata da Assembleia de Constituição da Planalto.

Em 09 de agosto de 2024, através da 2ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária os acionistas autorizaram o aumento do capital social no montante de R\$ 4.807 mil por meio da capitalização de Recursos Destinados a Aumento de Capital.

Em 12 de dezembro de 2024, através da 5ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária os acionistas autorizaram o aumento do capital social no montante de R\$ 8.900 mil por meio da capitalização de Recursos Destinados a Aumento de Capital.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Despesas gerais e administrativas

As despesas operacionais de caráter geral e administrativo, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

	<u>31/12/2024</u>
Administradores (a)	84
Serviços de Terceiros	36
Tributos	8
Gastos Diversos	68
	<u>196</u>

(a) Os gastos por natureza com Administradores são formados por honorários e encargos da Diretoria e Conselho

9.1 Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração, e, os diretores. No período findo em 31 de dezembro de 2024, a maior e menor remuneração atribuída a administradores, foram R\$ 3 mil e R\$ 2 mil, respectivamente. A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, está devidamente fixada pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária, de 11 de julho de 2024:

	<u>Conselho de administração</u>	<u>Diretoria estatutária</u>	<u>Total</u>
Número de membros	4	2	6
Remuneração fixa mensal individual	3	2	5
Remuneração fixa mensal Total	10	4	14
Valor total da remuneração anual (por órgão)	120	48	168

	<u>Conselho de administração</u>	<u>Diretoria estatutária</u>
Número de membros	4	2
Valor da maior remuneração individual	3	2
Valor da menor remuneração individual	3	2
Valor médio da remuneração individual	3	2

10 Saldos e transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, companhias ligadas aos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não há transações com partes relacionadas, além dos aportes de capitais.

11 Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2025, a Administração firmou contrato com a Santa Branca Desenvolvimento Sustentável Ltda. visando à cessão de uso de parte de um imóvel rural para implantação e operação de usinas fotovoltaicas. O contrato prevê a cessão de uso de área rural para implantação de seis usinas solares, totalizando 8,380293 hectares, no município de Terezópolis de Goiás-GO.

O prazo de vigência do contrato é de 25 anos, com início em 02 de agosto de 2024 e término em 01 de agosto de 2049, e um prazo de 2 anos de cessão não onerosa, período que podem utilizar a área rural cedida sem a obrigação de pagar aluguel. O contrato prevê a possibilidade de prorrogação mediante acordo prévio entre as partes. O pagamento mensal será de R\$ 1.300,00 por hectare utilizado, reajustado anualmente pelo IPCA, após o início da operação comercial das usinas, totalizando aproximadamente R\$ 10.894,38 por mês.

PLANALTO SOLAR PARK S.A. (em fase pré-operacional)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este contrato foi assinado após a data de encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2024, porém antes da autorização para a emissão destas demonstrações financeiras, e, portanto, configura um evento subsequente relevante conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Evento Subsequente.

12 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva em 21 de fevereiro de 2025.

Gustavo Ferreira Rodrigues Angeli

Diretor Presidente

CPF nº 005.494.071-03

Marcelo Pinheiro Costa

Diretor Técnico e Comercial

CPF nº 005.558.521-30

Isabella Alves Felipe

Contadora CRC-GO 029568/O-0

CPF nº 702.931.611-86